

CAPÍTULO 4

A Abordagem Estrutural das Representações Sociais

Pedro Parreira, Lisete Mónico, Denise Oliveira, José Cavaleiro, João Graveto

RESUMO

De entre os desdobramentos da teoria das representações sociais criada por Moscovici salienta-se a chamada abordagem estrutural das representações, proposta por Jean Claude Abric. O presente capítulo debruça-se sobre a abordagem estrutural das representações sociais. Ao longo do capítulo analisa-se a representação social como um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes, composta de dois subsistemas – o central e o periférico. Da definição e disseminação da Abordagem Estrutural, aprofundam-se os conceitos de núcleo central e de sistema periférico, analisando-se o papel de ambos no funcionamento e dinâmica das representações sociais. Conclui-se que o estudo das representações sociais através da sua abordagem estrutural oferece um valioso contributo para a compreensão das complexas redes de significados presentes nos processos e práticas sociais.

Palavras-chave: Representações sociais; Abordagem Estrutural; Abric; Núcleo central; Sistema periférico.

Introdução

O interesse pela Teoria de Representações Sociais é explicado pelo fato de que o seu estudo proporciona um contexto de análise e de interpretação que permite compreender as relações entre o universo individual e as condições sociais nas quais os atores sociais interagem. Permite, ainda, compreender os processos que intervêm na adaptação sociocognitiva dos indivíduos às realidades quotidianas e ao seu ambiente social e ideológico. Daí o grande interesse pela proposta teórica inicial criada por Moscovici, em 1961, que criou condições para que a “grande teoria” se decompusesse noutras correntes teóricas complexivas, onde três se salientam: a de Denise Jodelet (1989), mais próxima à teoria original; a de Willem Doise (1985, 1992), que apresenta uma perspectiva sociológica; e a de Jean-Claude Abric (1994a, 1994b, 1994c, 1994d), que enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações.

De entre os desdobramentos da teoria das representações sociais, criada por Moscovici em 1961, salienta-se a chamada abordagem estrutural das representações, proposta por Jean Claude Abric, e depois complementada por Flament, Guimelli, Moliner, entre outros autores (Mazzotti, 2002). É sobre esta abordagem das representações sociais eu versa o presente capítulo.

A Abordagem Estrutural das Representações Sociais

A Abordagem Estrutural das Representações Sociais foi desenvolvida em 1976 em Aix-en-Provence pelo psicólogo francês Jean-Claude Abric, tendo também ficado conhecida pela Teoria do Núcleo Central (TNC). Os investigadores desta região compuseram o Grupo do Midi que, segundo Denise Jodelet, foi o único a desenvolver uma metodologia própria e adequada às suas proposições teóricas a respeito das representações sociais (Sá, 1996).

Abric (1998) sustenta a hipótese de que toda representação social está organizada em torno de um núcleo central e um sistema periférico. Assim, a representação social constitui-se num conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes, composta de dois subsistemas - o central e o periférico -, que funcionam exatamente como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar (Machado & Aniceto, 2010).

O núcleo central está relacionado com a memória coletiva traduzida na significação, consistência e permanência da representação sendo, portanto, estável e resistente a mudanças (Machado & Aniceto, 2010). Neste contexto, Abric (1994), sustentou-se na elaboração de uma estrutura para a representação

social formada por um núcleo central e elementos periféricos onde a sua Organização Estrutural reflete o diferencial entre representações. O núcleo central apresenta-se estável e resistente às mudanças, tradutor de significação, consistência e permanência na representação, relacionado com a memória coletiva. Os elementos periféricos permitem a adaptação à realidade e à proteção ao núcleo central. Procuram, portanto, explicar as características contraditórias e complementares das representações sociais, de estabilidade/flexibilidade e de consenso/diferença, a partir de seu funcionamento (Pavarino, 2003). Esse núcleo é então composto pelos elementos estáveis ou mais permanentes da representação social, sendo estes de natureza normativa e funcional. Os aspetos funcionais estão ligados à natureza do objeto representado e os normativos dizem respeito aos valores e normas sociais pertencentes ao meio social do grupo. O sistema periférico é portanto responsável pela atualização e contextualização da representação.

Abric (1994a, 1994b, 1994c, 1994d) enfatiza, inicialmente, que o ponto de partida dessa teoria é a rutura com a distinção clássica entre sujeito e objeto. Para Moscovici (1976, 1982, 1984a, 1984b, 1988, 1998), sujeito e objeto não são funcionalmente distintos, visto que formam um conjunto indissociável. Isto quer dizer que um objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito (indivíduo ou grupo); é a relação sujeito-objeto que determina o próprio objeto. Ao formar a sua representação de um objeto, o sujeito, de certo modo, o constitui, o reconstrói no seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende da sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido. Esta representação reestrutura a realidade para permitir a integração das características “objetivas” do objeto, das experiências anteriores do sujeito e das normas e valores do grupo. Assim, as representações podem ser vistas como uma visão funcional do mundo, o que permite dar sentido à sua conduta e compreender a realidade através do seu próprio sistema de referências e, portanto, adaptar-se e definir o seu lugar. Elas constituem, ao mesmo tempo, o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real com o qual é confrontado e lhe atribui uma significação específica (Mazzotti, 2002).

Nesse sentido, Abric (1994a) destaca que o sucesso dessa teoria assenta sobre o renascimento do interesse pelos fenómenos coletivos, por parte dos psicólogos sociais e, mais precisamente, sobre as regras que regem o pensamento social. O estudo do “pensamento natural”, do “senso comum”, ou mais precisamente da visão de mundo que os indivíduos e os grupos constroem e utilizam para agir e para tomar decisões, é reconhecido como indispensável

para compreender a dinâmica das interações sociais e ainda para encontrar os determinantes das práticas sociais.

Definição e Disseminação da Abordagem Estrutural

A maioria dos autores considera a representação social como um conjunto organizado de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes a respeito de um objeto dado. Visto que esse conjunto de elementos é organizado e estruturado, a análise de uma representação e a compreensão do seu funcionamento requerem, portanto, uma dupla identificação, do seu conteúdo e da sua estrutura. De um modo geral, considera-se que os elementos constitutivos de uma representação são hierarquizados e mantêm entre si relações que determinam o significado e o lugar que eles ocupam no sistema representacional.

Abrie (1987) avançou na definição de representações sociais, destacando o seu caráter estrutural, ao afirmar que se entende por representações sociais “o conjunto organizado de informações, atitudes, crenças que um indivíduo ou um grupo elabora a propósito de um objeto, de uma situação, de um conceito, de outros indivíduos ou grupos, apresentando-se, portanto, como uma visão subjetiva e social da realidade” (p.64). O autor foi pioneiro ao propor a Teoria do Núcleo Central das representações sociais, apontando para a existência de uma região de difícil explicitação das representações sociais, que designou de “zona muda”. Basicamente, esta zona corresponde a um subconjunto específico de cognições e de crenças que, mesmo estando disponíveis, não são expressas pelos sujeitos nas condições normais, regra geral, devido aos valores morais e/ou às normas valorizadas pelo grupo e pela sociedade em que o indivíduo se insere.

A teoria do núcleo central, como proposta em 1976 por J.C. Abrie e pelo Grupo do Midi (do Sul da França), na Université de Provence, somente começou a ter maior influência no campo das representações sociais quando surgiram as condições para maior reconhecimento dos esforços de elaboração teórica e metodológica complementares à grande teoria, apontado como início dos anos 90 (Sá, 2015).

No Brasil e nos países Africanos de língua portuguesa, deve-se a Celso Pereira de Sá a disseminação da Abordagem Estrutural ou Teoria do Núcleo Central, através da publicação Núcleo Central das Representações Sociais (Sá, 1996) e de inúmeras investigações empíricas realizadas.

Núcleo Central

A noção de núcleo central de uma representação social foi proposta, segundo Abric (1994b), a partir da própria grande teoria de Moscovici, com a importância que confere à constituição de um núcleo figurativo, ou seja, uma organização imagética de elementos cognitivos privilegiados. Esses elementos, descontextualizados em relação à estrutura original do objeto representado e a suas condições conjunturais, gozariam de considerável autonomia na moldagem do conhecimento sobre tal objeto.

O problema fundamental que a teoria do núcleo central pretende resolver, coloca-se nos seguintes termos: as representações sociais apresentam duas características amplamente constatadas, mas aparentemente contraditórias. Nos termos de Abric (1994b): "as representações são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis" (p. 77); e "as representações são consensuais, mas também marcadas por fortes diferenças inter-individuais" (p. 78).

Para explicá-las, Abric (1994b) considerou que a representação social, enquanto entidade unitária, é regida por um sistema interno duplo, em que cada parte tem um papel específico mas complementar ao da outra. Ou seja, a organização e o funcionamento da representação são regidos por um duplo sistema. O primeiro é o "sistema central" (o núcleo central), cuja determinação é essencialmente social, ligada às condições históricas, sociológicas e ideológicas; diretamente associado aos valores e às normas. Ele define os princípios fundamentais em torno dos quais se constituem as representações. É a base comum, propriamente social e coletiva, que define a homogeneidade de um grupo, através de comportamentos individualizados que podem parecer contraditórios. Ele desempenha um papel essencial na estabilidade e na coerência da representação; assegura sua perenidade, a manutenção no tempo; inscreve-se na duração e é a partir daí que evolui de maneira muito lenta. Ele é, ainda, relativamente independente do contexto imediato no qual o indivíduo utiliza ou verbaliza suas representações; sua origem está no contexto global, histórico, social, ideológico, que define as normas e os valores dos indivíduos e dos grupos num dado sistema social (Abric, 1994c). As suas funções são gerar o significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos.

Para Abric (1976, 1987, 1994c), a organização de uma representação apresenta uma natureza específica, na qual não somente os elementos da representação são hierarquizados, mas toda a representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído por um ou vários elementos que dão significado à representação; esse núcleo central é o elemento fundamental,

porque é ele que determina, ao mesmo tempo, o significado e a organização da representação.

O núcleo central – núcleo estruturante ou núcleo duro – de uma representação exerce duas funções essenciais: uma “função geradora”, uma vez que ele é o elemento através do qual se cria ou se transforma o significado dos outros elementos constitutivos da representação, ou seja, é através dele que os elementos assumem um sentido, um valor; e uma “função organizadora”, já que ele determina a natureza das ligações estabelecidas entre os elementos da representação, apresentando-se como seu elemento unificador e estabilizador (1994).

Sistema periférico

A determinação do “sistema periférico” (Abric, 1994b) de uma representação social é mais individualizada e contextualizada, visto que este está muito mais associado às características individuais e ao contexto imediato no qual os indivíduos vivem. Este sistema periférico permite uma adaptação, uma diferenciação em função do vivido, uma integração de experiências cotidianas; permite ainda modulações pessoais em relação a um núcleo central comum, gerando “representações sociais individualizadas”.

Muito mais flexível do que o sistema central, o sistema periférico o protege de certa forma, integrando as informações, decorrentes de práticas diferenciadas, que poderiam estar em desacordo com os elementos centrais. Ele permite, assim, a aceitação de uma certa heterogeneidade de conteúdo e de comportamento no sistema de representação. Este sistema periférico não é, portanto, um elemento menor da representação; ao contrário, é muito importante, porque, associado ao sistema central, permite a ancoragem do novo ou estranho na realidade representacional. Ele pode constituir-se num indicador muito forte das modificações futuras da representação, num sintoma indiscutível de uma evolução nas situações ou mesmo indicar que a representação está em efetiva transformação. Sintetizando, as suas funções consistem na adaptação à realidade concreta, na diferenciação do conteúdo da representação e na proteção do sistema central.

Os “elementos periféricos”, portanto, constituem o essencial do conteúdo da representação, sua parte mais acessível, mas também mais viva e mais concreta. Eles incluem informações separadas, selecionadas e interpretadas, julgamentos formulados sobre o objeto e o seu

ambiente, estereótipos e crenças. Esses elementos são hierarquizados, ou seja, podem estar mais ou menos próximos dos elementos centrais: próximos do núcleo central, eles desempenham um papel importante na concretização do significado da representação; mais distantes eles ilustram, explicitam ou justificam este significado. (Abric, 1994b, p.25).

Abric (1998) destaca cinco funções do sistema periférico no funcionamento e dinâmica das representações: a) concretização do Núcleo central (NC) em termos ancorados na realidade, imediatamente compreensíveis e transmissíveis; b) regulação, que consiste na adaptação da representação às transformações do contexto, integrando novos elementos ou modificando outros, em função de situações concretas com as quais o grupo é confrontado, c) prescrição de comportamentos- os Elementos Periféricos (EP) funcionam como esquemas organizados pelo NC, garantindo o funcionamento instantâneo da representação como estrutura de leitura de uma dada situação e, orientando a ação; d) proteção do NC, e e) modulações individualizadas: o sistema periférico que permite a elaboração das representações relacionadas à história e às experiências do sujeito (Mazzotti, 2002).

Características e funções das representações sociais

A existência de um duplo sistema, central e periférico, permite compreender algumas características essenciais das representações sociais que poderiam, numa primeira abordagem, parecer contraditórias. As representações são, por isso, ao mesmo tempo, estáveis e mutáveis, rígidas e flexíveis: estáveis e rígidas porque determinadas por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores compartilhado pelos membros do grupo; mutáveis e flexíveis porque alimentadas por experiências individuais, que integram os dados do vivido e da situação específica, e pela evolução das relações e das práticas sociais de que os indivíduos e os grupos participam. Por outro lado, as representações sociais são, ao mesmo tempo, consensuais e marcadas por fortes diferenças inter-individuais, pois, como observa Doise (1985), “os princípios de regulação não impedem (...) a diversidade das tomadas de posição (...) através de atitudes e opiniões. Uma multiplicidade aparente de tomadas de posição [pode ser] produzida a partir de princípios organizadores comuns” (p.250). O estudo das representações deve, portanto, levar em conta as diferenças inter-individuais, mas deve também permitir descobrir se essas diferenças são essenciais; ou seja, se baseiam-se sobre divergências

fundamentais quanto ao seu significado profundo e central, ou se elas manifestam diferentes apreensões do mundo, mas que não tratam do essencial.

Partindo do pressuposto de que as representações desempenham um papel fundamental nas práticas e na dinâmica das relações sociais, cabe apreciar suas funções específicas. Abric (1994b) define como sendo quatro essas funções: “função de saber”, uma vez que elas permitem compreender e explicar a realidade; “função de identidade”, uma vez que elas definem a identidade e permitem salvaguardar da especificidade dos grupos; “função de orientação”, já que elas guiam os comportamentos e as práticas; e “função de justificação”, dado que elas permitem justificar, a posteriori, os posicionamentos e os comportamentos.

Deve-se destacar que, enquanto saber prático do senso comum, conforme afirma Moscovici, as representações permitem, aos atores sociais, adquirirem conhecimentos e integrá-los num contexto assimilável e compreensível, em coerência com seu funcionamento cognitivo e com os valores aos quais eles aderem. Por outro lado, elas facilitam e são a condição necessária à comunicação social. Elas definem o contexto de referência comum que permite a troca social, a transmissão e a difusão desse saber “naif” ou primariamente construído.

Por outro lado, a função de identidade remete ao fato de que, segundo Mugny e Carugati (1985), as representações servem para “situar os indivíduos e os grupos no campo social [permitindo] a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante, isto é, compatível com os sistemas de normas e de valores socialmente e historicamente determinados” (p.183). Assim, em situações de comparação social, a representação do próprio grupo está sempre marcada por uma super avaliação de algumas das suas características ou das suas produções, com o objetivo de salvaguardar uma imagem positiva do grupo. A referência a representações que definem a identidade de um grupo vai desempenhar um papel importante no controle social exercido pela coletividade sobre cada um dos seus membros, em particular nos processos de socialização.

Um guia para a ação

O sistema de pré-descodificação da realidade faz da representação social um guia para a ação. A representação intervém na definição da finalidade da situação, podendo determinar, a priori, os tipos de reações que interessam para o indivíduo. ainda, nas situações que implicam a realização de uma tarefa, determina o tipo de argumentação cognitiva a ser adotado. A representação produz, também, um sistema de antecipações e de expectativas, que age sobre

a realidade através da seleção e da filtragem de informações e de interpretações, tornando assim a realidade idêntica à representação. Desta forma, a representação não depende do desenrolar de uma interação; ela a precede e a determina.

A existência de uma representação da situação preliminar à interação faz com que os “jogos” sejam feitos com antecedência, as conclusões sejam estabelecidas antes mesmo que a ação comece. Esta função da representação tem implicações importantes para o seu uso na análise de práticas de sujeitos sociais, uma vez que, quando associada ao conceito de “contradição”, as representações podem servir como um guia para a compreensão e identificação das linhas divisórias entre o “discurso aprendido” e as concepções interiorizadas pelos sujeitos. Ao refletir a natureza das regras e das ligações sociais, a representação social é prescritiva de comportamentos e de práticas, definindo o que é lícito, tolerável ou inaceitável em dado contexto social. (Abric, 1993).

Quanto à função de justificação, as representações intergrupais têm como função essencial justificar os comportamentos adotados por um grupo frente a um outro grupo. Constata-se que as representações do outro grupo se modificam, em função da natureza das relações mantidas com este grupo e de suas evoluções. Assim, em situação de relações competitivas vão ser elaboradas representações adversas do outro grupo, visando atribuir-lhe características que justifiquem um comportamento hostil a seu respeito. Portanto, neste caso, a representação é determinada pela prática das relações. Deste ponto de vista, surge um novo papel das representações, o da manutenção ou do reforço da posição social do grupo em questão. A representação atua, ainda, para perpetuar e justificar a diferenciação social, podendo visar a discriminação ou a manutenção de uma distância social entre os grupos. (Abric, 1994b)

A análise das funções das representações sociais demonstra bem como elas são indispensáveis à compreensão da dinâmica social. A representação é informativa e explicativa da natureza das relações sociais, intra e intergrupos, bem como das relações dos indivíduos com seu ambiente social. Por isso, ela é um elemento essencial na compreensão dos determinantes dos comportamentos e das práticas sociais. Por suas funções de elaboração de um sentido comum, de construção da identidade social, pelas expectativas e antecipações que gera, ela está na origem das práticas sociais. Por suas funções justificadoras, de adaptação e de diferenciação social, ela depende das circunstâncias externas e das próprias práticas, ela é modulada ou induzida pelas práticas. Dessa forma revela-se um duplo sistema de determinação entre representações sociais e práticas.

Representações (não) autônomas

Flament distingue entre prescrições absolutas ou incondicionais e prescrições condicionais, caracterizando estas últimas nos seguintes termos: "em geral deve-se fazer isso, mas em certos casos (...) deve-se fazer outra coisa" (1994a, p. 91); ou "em tal condição, é preciso fazer isso; em tal caso particular, pode-se fazer aquilo" (1994b, p. 38). A partir desta distinção, o autor propõe ao que chama de "uma inovação quantitativa", qual seja, a de que "ao menos no domínio das representações sociais, as prescrições são maciçamente condicionais", como uma decorrência da proposição mais séria de que "as prescrições tendem a aparecer no nível discursivo como incondicionais, enquanto no nível cognitivo elas são em sua maioria condicionais" (Flament, 1994b, p. 38). Isto quer dizer que, quando as pessoas emitem julgamentos aparentemente absolutos, com frequência já se encontram neles embutidas, embora não de forma manifesta, diversas alternativas condicionais consideradas legítimas ou mesmo algo como uma condicionalidade genérica ou aberta. É esta hipótese da condicionalidade que proporciona um critério externo para distinguir entre as cognições do núcleo central, que seriam absolutas, e as cognições periféricas, que seriam condicionais. Ao mesmo tempo, confere-se assim maior plausibilidade à dinâmica das relações entre os elementos cognitivos dos dois sistemas, como proposta pela teoria. (Sá, 2015)

Tal hipótese permitiu efetuar a distinção entre representações autônomas – que apresentariam um núcleo central, ou seja, o "lugar de coerência" da representação de um dado objeto que estaria no mesmo nível desse objeto - e representações não autônomas, cujo "lugar de coerência" se encontraria nas representações de outros objetos mais ou menos ligados ao objeto representado (Flament, 1989). A questão é assim esclarecida pelo mesmo autor, à luz da hipótese da condicionalidade:

Se o conjunto das prescrições absolutas de uma representação social forma um sistema único, falaremos de núcleo central e diremos que a representação é autônoma (...). Ao contrário, se as prescrições absolutas formam diversos conjuntos organizadores, falar-se-á de uma representação não autônoma. (Flament, 1994b, p. 44).

Duas outras das contribuições da teoria do núcleo central adquirem maior consistência em função do respaldo assegurado por esse critério para o campo das representações sociais - o estudo comparativo das representações e o da transformação destas a partir das práticas sociais. Quanto aos estudos comparativos, a teoria do núcleo central sustenta que duas representações ou

dois estados sucessivos de uma mesma representação devem ser considerados distintos se, e apenas se, seus respectivos núcleos centrais tiverem composições nitidamente diferentes. Caso contrário, ou seja, se as diferenças se apresentam apenas no nível do sistema periférico, trata-se de uma mesma representação que se manifesta diferentemente em função de diferentes condições circunstanciais, de ordem grupal ou inter-individual. Dito de outra forma, as manifestações da representação diferem apenas quanto às cognições periféricas condicionais, mas não quanto às cognições absolutas do sistema central, que proporcionam o significado básico da representação e organizam globalmente os elementos periféricos, tanto os que se atualizam em uma das manifestações quanto os que o fazem na outra. (Sá, 2015)

Quanto à transformação das representações, Flament (1994b, p. 49) propõe o seguinte esquema descritivo: "modificação das circunstâncias externas; modificação das práticas sociais; modificação dos prescritores condicionais; modificação dos prescritores absolutos (núcleo central)". Isto não quer dizer que, uma vez iniciado o processo nas instâncias externas das circunstâncias concretas e das práticas sociais modificadas, ele deva ir obrigatoriamente até o efetivo surgimento de uma nova representação. Na verdade, Flament (1994b) considera que tal esquema apresenta "virtudes mais pedagógicas do que heurísticas" (p. 50) e propõe uma explicação que leva mais em conta a noção de condicionalidade.

Diz o autor que tudo se passa de tal modo que cada indivíduo envolvido no processo possa dizer: "Nas circunstâncias, eu faço alguma coisa não habitual, mas eu tenho boas razões para isso" (Flament, 1994b, p. 50). Tais boas razões são nitidamente cognições condicionais que justificam a emergência de novas práticas, as quais, por seu turno, refletem mudanças circunstanciais no ambiente. Se essas novas condições e práticas persistem e, principalmente, se são percebidas como irreversíveis, o núcleo central pode chegar de fato a ter sua composição alterada e, portanto, surgir uma representação realmente diferente do objeto. Em caso contrário, as modificações menores no âmbito do sistema periférico podem ser suficientes para manter a estrutura básica da representação adaptada às condições conjunturais prevalentes. (Sá, 2015)

Considerações finais em torno da relação entre práticas e representações

As proposições da teoria do núcleo central quanto aos estudos de comparação transversal e longitudinal das representações sociais colocam em evidência a

relação entre práticas e representações (ver Abric, 1994d). Delas decorre a importante implicação metodológica de que não basta buscar inferir as representações a partir de seus suportes discursivos manifestos. É preciso articular esses dados com aqueles provenientes da investigação das práticas vigentes no grupo sob estudo, porque estas são as principais fontes das cognições condicionais, que se manifestam mais prontamente no discurso espontâneo. E, como ensina Flament (1994a), "o discurso espontâneo dos sujeitos está longe de revelar a complexidade das representações sociais" (p. 115).

Como uma das principais implicações da teoria das representações sociais para os estudos populacionais, acredita-se que a homogeneidade de uma população ou grupo não é definida pelo consenso entre seus membros, mas pelo fato de que sua representação se organiza ao redor do mesmo núcleo central, do mesmo princípio gerador do significado que eles dão à situação ou ao objeto com os quais eles são confrontados. Nessa medida, a definição do objeto de representação coloca-se como fundamental na pesquisa empírica.

É também importante realçar o papel das representações na criação de uma identidade social, enquanto sistema de referências comum e idiossincrático de cada grupo (Mónico, 2013). Isto leva-nos igualmente a salientar o seu papel nas relações intra e intergrupais, enquanto sistema de comunicação e quadro de elaboração de comportamentos (Vala, 1981). Assim, a especificidade de cada grupo social vai conduzir à especificidade das suas representações sociais e, por sua vez, a especificidade destas representações à diferenciação intergrupala.

A título conclusivo dir-se-á que o estudo das representações sociais através da sua abordagem estrutural oferece um valioso contributo para a compreensão das complexas redes de significados presentes nos processos e práticas sociais. Os conceitos básicos da abordagem estrutural/teoria do núcleo central de Jean Claude Abric e seus principais elementos, bem como as técnicas propostas no âmbito dessas abordagens, permitem aumentar a compreensão da realidade.

Referências bibliográficas

- Abric, JC. (1993). Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. *Papers on Social Representations*, 2(2), 75-78.
- Abric, JC. (Org.) (1994a). *Pratiques Sociales et Représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Abric, J.C. (1994b). L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In C. Guimelli (Org.). *Structures et transformations des Représentations Sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Abric, J.C. (1994c). Les représentations sociales: aspects théoriques. In J. C. Abric (Org.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.C. (1994d). Pratiques sociales, représentations sociales. In J. C. Abric (Org.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.C. (1987). *Coopération, compétition et représentations sociales*. Cousset: DelVal.
- Abric, J.C. (1976) *Jeux, conflits et représentations sociales*. Aix-en-Provence, 1976. Thèse d'État - Université de Provence.
- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. Moreira & D. C. Oliveira (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: Ed. AB.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 405, 189-195.
- Doise, W. (1985) *Les représentations sociales: définition d'un concept*. *Conexions*, 5 (45), 245-253.
- Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. In D. Jodelet (Org.). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Flament, C. (1994a). Aspects périphériques des représentations sociales. In C. Guimelli (Org.). *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Flament, C. (1994b) Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In J-C. Abric (Org.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: Un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 47-78). Paris: PUF.
- Machado, I. B., & Aniceto, R. d. (Abril/Junho de 2010). Núcleo Central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 345-364.
- Mazzotti, A. J. (2002). A abordagem estrutural das representações sociais. *Psicologia da Educação*, 1º e 2º semestre, 17-37.

- Mónico, L. S. (2013). Social representations and attitudes toward cloning: Proposal of an empirical study. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(1), 525-534.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2ème ed.). Paris: PUF
- Moscovici, S. (1982). The coming era of representations. In J.-P Codol & J.-P. Leyens (Eds.), *Cognitive analysis of social behavior* (pp. 115-150). The Hague: Martinus Nijhoff.
- Moscovici, S. (1984a). The phenomenon of social representations. In R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 3-69). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1984b). Représentation sociale: Phénomènes, concept et théorie. In S. Moscovici (Ed.) *Psychologie sociale* (pp. 357-378). Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1988). *Notes towards a description of social representations*. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (1998). The history and actuality of social representations. In U. Flick (Ed.). *The psychology of the social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.
- Mugny, G., & Carugati, F. (1985). *L'intelligence au pluriel: Les représentations sociales de l'intelligence et de son développement*. Cousset: DelVal.
- Pavarino, R. N. (2003). Teoria das Representações Sociais: Pertinência para as pesquisas em Comunicação de massa. *XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG* (p. 20). Universidade Católica de Brasília: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- Sá, C P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Sá, C P. (2015). *Estudos de psicologia social: História, comportamento, representações e memória*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2015.
- Vala, J. (1981). Grupos sociais e representação social da violência. *Psicologia*, 2, 329-342.